

**3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MOCOCA**

Inquérito Civil/SISMP nº 0340.0000007/2025

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, neste ato apresentado pelo Promotor de Justiça de esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, doravante denominado **COMPROMITENTE** e o **MUNICÍPIO DE MOCOCA MUNICÍPIO DE MOCOCA**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua Quinze de Novembro, nº 360, Centro, Mococa/SP, CEP 13730-020, CNPJ nº 44.763.928/0001-01, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República, que estabelece que: "Art. 37, II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração". E ainda, que segundo o art. 37, §2º, da Constituição **a não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.**

**CONSIDERANDO** o teor da Súmula Vinculante 43 do STF: "**É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido**".

resolvem, nos autos do Inquérito Civil/SISMP nº 0340.0000007/2025, com fundamento no que dispõe o art. 5º, §6º, da Lei

7.347/85; e arts. 5º e 83 a 89 da Resolução 1.342/2021-CPJ/MPSP; celebrar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA** nos seguintes termos:

### Cláusula Primeira

1.1. O **MUNICÍPIO DE MOCOCA**, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, por intermédio de seu Prefeito Municipal, reconhece a existência de empregados públicos em desvios de função e assume o compromisso de sanar todas as irregularidades nos termos deste Termo de Ajustamento de Conduta.

1.2. Por “**desvio de função**” entende-se como o fato de um empregado público exercer funções/atribuições diversas das quais foi nomeado e empossado.

1.3. Para se aferir quais são as funções/atribuições que o empregado público deve exercer, deverá ser verificada a lei que rege o cargo.

### Cláusula Segunda

2.1. Para sanar as irregularidades dos desvios de função no âmbito da Administração Municipal, o COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de retornar **todos** os empregados públicos a seus cargos de origem (cargo para o qual prestaram concurso público) (**Prazo: 90 dias** contados a partir da notificação informando sobre homologação do arquivamento deste inquérito civil – art. 84, §3º, da Resolução 1.342/2021-CPJ/MPSP).

2.2. Desde a assinatura deste termo, o COMPROMISSÁRIO se compromete a não permitir que mais nenhum servidor seja colocado em desvio de função, sob pena de incidência das multas previstas neste acordo, além de estar ciente que sua conduta ensejará sua responsabilidade pessoal nos termos da lei.

2.3. O presente termo não se aplica àqueles em situação de readaptação, devendo, para estes casos, ser observada a legislação em vigência e a jurisprudência dominante.



### Cláusula Terceira

3.1 O COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de certificar se todos os empregados públicos do Poder Executivo de Mococa estão com Portarias de designação devidamente expedidas e atualizadas (**Prazo: 30 dias** contados a partir da notificação informando sobre homologação do arquivamento deste inquérito civil – art. 84, §3º, da Resolução 1.342/2021-CPJ/MPSP).

3.2. O COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de expedir/retificar/atualizar todas as portarias de designação para que todos empregados públicos fiquem com suas funções, lotações e horários de trabalho atualizados (**Prazo: 90 dias** contados a partir da notificação informando sobre homologação do arquivamento deste inquérito civil – art. 84, §3º, da Resolução 1.342/2021-CPJ/MPSP).

3.3. O COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de encaminhar todas essas portarias ao Ministério Público (**Prazo: 120 dias** contados a partir da notificação informando sobre homologação do arquivamento deste inquérito civil – art. 84, §3º, da Resolução 1.342/2021-CPJ/MPSP).

### Cláusula Quarta

4.1. O COMPROMISSÁRIO se compromete a não criar novos cargos em comissão e nem funções de confiança, além daquelas já existentes na Administração Pública Municipal, com vistas a alojar servidores que serão obrigados a retornarem a seus cargos de origem.

4.2. O COMPROMISSÁRIO também se compromete a não alterar as atribuições de cada cargo, com vistas a burlar o que ficou acordado neste termo de ajustamento de conduta.

### Cláusula Quinta

5.1 Para os cargos de coletor de lixo, padeiro e caixa executivo, os quais, na prática, não mais existem no âmbito da Administração Pública Municipal, deverá o COMPROMISSÁRIO encaminhar Projeto de Lei à Câmara

de Vereadores, para que sejam feitas adequações que reflitam a realidade das funções atualmente exercidas por estes empregados públicos (**Prazo: 30 dias** contados a partir da notificação informando sobre homologação do arquivamento deste inquérito civil – art. 84, §3º, da Resolução 1.342/2021-CPJ/MPSP).

5.2. Para fins de atender ao disposto no parágrafo anterior, o Projeto de Lei deverá ter como parâmetro a similitude entre as atribuições do cargo de origem e aquela que constará do PL, além de ser observado o mesmo nível de escolaridade, o mesmo salário e os mesmos requisitos de ingresso.

5.3 O COMPROMISSÁRIO se compromete a não encaminhar qualquer Projeto de Lei que vise burlar o que ficou acordado neste termo de ajustamento de conduta.

### Cláusula Sexta

6.1. Visando garantir a ampla publicidade e visando contar com o apoio da população na fiscalização deste termo, o COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de divulgar o presente Termo de Ajustamento de Conduta em todos os seus meios de comunicação oficiais, incluindo redes sociais (*Facebook, Instagram, Site Oficial*) e Diário Oficial do Município (Prazo: **48 horas** contadas a partir da notificação informando sobre homologação do arquivamento deste inquérito civil – art. 84, §3º, da Resolução 1.342/2021-CPJ/MPSP).

6.2. Nos mesmos moldes do parágrafo anterior, o COMPROMISSÁRIO se compromete a fazer nova divulgação deste acordo no dia em que encerrado o prazo previsto na Cláusula 2.1, informando tratar-se da data fatal em que todos os empregados públicos deverão retornar aos seus cargos de origem.

### Cláusula Sétima

Em caso de descumprimento das cláusulas acima, fica o COMPROMISSÁRIO sujeito ao pagamento de multa diária no valor de R\$1.000,00 (mil reais), cujo valor será revertido a favor do Fundo Estadual de

Reparação de Interesses Difusos Lesados, criado pela Lei 13.555, de 09 de junho de 2009, e regulado pelo Decreto n. 92.302/86, sem prejuízo das providências judiciais para execução da multa e adimplemento da obrigação, assim como sem prejuízo da responsabilização civil e criminal dos administradores.

### **Cláusula Oitava**

Nos termos art. 5º, §6º, da Lei 7.347/85 e art. 83, §1º, da Resolução 1.342/2021-CPJ/MPSP, o presente compromisso tem natureza jurídica de título executivo extrajudicial.

### **Cláusula Nona**

9.1. Este compromisso produzirá efeitos legais depois de homologado o arquivamento do respectivo inquérito civil pelo Conselho Superior do Ministério Público, conforme art. 83, §4º e art. 84, §3º, ambos da Resolução 1.342/2021-CPJ/MPSP.

8.2. Assim que homologado pelo Conselho Superior, o Ministério Público notificará o COMPROMISSÁRIO para o cumprimento das obrigações na forma e nos prazos avençados neste procedimento.





**Cláusula Décima**

Este termo de compromisso é elaborado em 02 (duas) vias, devidamente assinadas e rubricadas pelo Promotor de Justiça, pelo Prefeito Municipal e pelo Secretário Municipal de Negócios Jurídicos do Município.

Mococa/SP, 19 de fevereiro de 2025.

  
**VINÍCIUS HENRIQUES DE RESENDE**  
Promotor de Justiça

  
**EDUARDO RIBEIRO BARISON**  
Prefeito Municipal

  
**MARCELO TORRES DE FREITAS**  
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos